

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.604 - BA
(2019/0160585-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : GHISOLFI LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADOS : LUIZ ANTONIO STEFANON - ES010290
MÁRCIO TULIO NOGUEIRA - ES014401
CESAR AUGUSTO DA CRUZ FERRAZ - ES021581
GUSTAVO STANGE - ES015000
EMBARGADO : CARLOS HUMBERTO DE OLIVEIRA FERRAZ
EMBARGADO : MARILEUZA AUGUSTO DOS SANTOS
ADVOGADO : LUIZ PHILIPPE SUZARTE CARNEIRO DE MELLO - BA015444
INTERES. : GENERALI BRASIL SEGUROS S A
ADVOGADOS : IGOR ESPINOLA CAVALCANTE DE LACERDA - BA026287
DIOGO DOS SANTOS DE OLIVEIRA - RJ155358
INTERES. : BELMOK SERVIÇOS LTDA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração contra a decisão de fls. 743 - 749, e-STJ, desta relatoria, que negou provimento ao agravo em recurso especial.

Em suas razões, a parte embargante alega que a decisão embargada reconheceu a ocorrência de sucumbência recíproca, mas não fixou o correspondente percentual de sucumbência às partes, bem como que a decisão padece de erro material no ponto em que aplicou a Súmula 211/STJ, quanto às teses de aplicação de juros de mora de 6% ao ano, e de necessidade de desconto do valor correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), do montante da condenação.

Relatados, passo a decidir.

Assiste parcial razão à embargante.

Inicialmente, quanto à alegação de erro material acerca da aplicação da Súmula 211/STJ, por ausência de prequestionamento das matérias suscitadas no recurso especial, cumpre destacar que, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se

prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016)

Em verdade, verifica-se que o embargante pretende o rejugamento da causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, são recurso de fundamentação vinculada.

Por outro lado, quanto à tese de omissão quanto à pretensão de redistribuição dos ônus de sucumbência, com efeito, no ponto a decisão foi omissa, havendo a necessidade de suprir o vício verificado, na forma que segue.

No recurso especial, a parte embargante alega que apesar de constatada a sucumbência recíproca, houve condenação exclusiva a si imposta, de ônus sucumbenciais, conforme se verifica do trecho abaixo reproduzido (e-STJ, fl. 658):

No que diz respeito à sucumbência recíproca (CPC/2015, art. 86) diz 86 'Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas'.

O magistrado condenou somente o Réu em verba sucumbencial,

Superior Tribunal de Justiça

alegando que, em se tratando de pedidos de danos morais, decair em parte do valor pedido não pressupõe sucumbência. Ocorre que, vendo os dois casos, notamos que se pediu bem mais do que simples danos morais, ou seja, todos pediram danos materiais, e pensionamento, e não receberam.

Ao contrário do que alega, todavia, a Corte local condenou ambas as partes aos ônus de sucumbência, carecendo de interesse recursal o ora embargante, no ponto. É o que se depreende do trecho do acórdão local abaixo reproduzido (e-STJ, fl. 493):

Em que pese o entendimento já cristalizado no STJ, no sentido de que "Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca" (Súmula 326), não se pode negar que os Autores decaíram nos demais pedidos: total e parcialmente em relação ao pedido de ressarcimento pela destruição das motocicletas e de pensionamento (deferido, em parte, apenas para a Autora Maria Eliete da Rocha e indeferido para Marileusa Augusto dos Santos).

Em casos que tais, os ônus devem ser repartidos proporcionalmente, na forma do caput do art. 21 do CPC/1973 ou caput do art. 86 do CPC/2015:

"Art. 21. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas".

Em razão disso, as custas devem ser rateadas entre os Autores e as Rés, cabendo a estas (Rés) o pagamento de honorários advocatícios aos patronos daqueles (Autores), no percentual e na forma deferidos pelo Magistrado a quo; aos Autores incumbe o pagamento dos honorários dos patronos das Rés, os quais, atenta ao quanto dispõe o art. 85, § 2º do NCPC, arbitro em 10% sobre a soma das parcelas em que decaíram os Autores (pensão e ressarcimento pela perda da motocicleta), subtraído o valor de R\$23.251,80, deferido em favor da Autora Maria Eliete da Rocha (grifamos).

Todavia, considerando que os Autores são beneficiários da Justiça Gratuita, suspendo a exigibilidade de tal condenação - r CPC/2015, art. 98, § 3º.

Superior Tribunal de Justiça

Conforme se verifica, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, houve a distribuição proporcional dos ônus de sucumbência na origem, dada a constatação de sucumbência recíproca, carecendo de interesse recursal a pretensão de redistribuição dos ônus de sucumbência, sob a incorreta alegação de que estes teriam sido aplicados exclusivamente contra si.

Em face do exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração, apenas para suprir a omissão verificada quanto à pretensão de redistribuição dos ônus de sucumbência, todavia, sem efeitos infringentes, dada a impossibilidade de acolhimento da pretensão, na forma acima explanada.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora